

ATA DA 8.^a REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

22 de novembro de 2018

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, nos termos do n.º 3 do art.º 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, reuniu, em sessão extraordinária, pelas catorze horas, o Plenário do Conselho das Escolas, no Centro de Caparide em S. Domingos de Rana, sob a presidência de José Eduardo Lemos, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, conforme convocatória de dezasseis de novembro: _____

Ponto um – Financiamento dos cursos profissionais nas escolas públicas: apreciação e votação da proposta de conclusões da Comissão Permanente. _____

Ponto dois – Desenvolvimento do ano letivo – 2018/2019: apreciação e votação da proposta de conclusões da Comissão Permanente. _____

Ponto três – Assuntos diversos. _____

Estiveram presentes os conselheiros Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos, Ana Cláudia Cohen G. B. Caseiro G. Domingos, Anabela Henriques de Matos Soares, António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, António Ventura dos Santos Pinto, Carlos Jorge Pires Percheiro, Fernando Filipe de Almeida, Fernando Paulo Mateus Elias, Idalécio Lourenço dos Santos Nicolau, João Alberto Chaves Caiado Rodrigues, João Manuel Ascensão Belém, Joaquim Tomaz, José Alfredo Rodrigues Mendes, José António de Sousa, José Eduardo Lemos de Sousa, Jorge Manuel de Sousa do Nascimento, José Manuel Batista Carreira, Lucinda Maria Mendes Ferreira, Luís Henrique Cardoso Fernandes, Margarida Ana Valente Fonseca, Maria José L. Albuquerque Passos Ascensão, Maria Júlia Ferreira Gradeço, Maria Manuela Vieira Machado e Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro, num total de vinte e quatro. Faltaram à reunião os conselheiros Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, Fátima do Céu Carola Moreira Pinto e Francisco Manuel Cortez B. La Féria e Oliveira. _____

Ponto um – Financiamento dos cursos profissionais nas escolas públicas: apreciação e votação da proposta de conclusões da Comissão Permanente. _____

O Presidente deu início à apresentação do documento em apreciação, referindo que este pretende sintetizar os aspetos focados pelos conselheiros na reunião do dia vinte e seis de outubro de dois mil e dezoito, relativamente às questões de financiamento dos cursos profissionais, nomeadamente às dificuldades das escolas honrarem os seus compromissos financeiros inerentes ao funcionamento dos cursos profissionais. _____

De seguida, o Presidente deu a palavra ao Plenário, registando-se as intervenções de vários conselheiros. _____

A conselheira Ana Cláudia Cohen referiu que no ponto seis deveria ser retirado a referência ao financiamento dos professores e no ponto onze a referência ao Vale do Tejo. Relembrou que os Cursos de Educação e Formação também sentem os mesmos problemas. Relativamente a esta última referência, o Presidente afirmou que, de acordo com a ordem de trabalhos, só está previsto abordar os cursos profissionais. _____

O conselheiro José Alfredo Mendes referiu que em sede de financiamento de candidaturas anteriores, os vencimentos dos formadores eram elegíveis e asseguravam a contrapartida nacional. _____

O conselheiro António Castel-Branco entende que o documento deveria estar organizado de outra forma, diferenciando as escolas públicas entre as que têm financiamento e as que não o têm. Propôs a inclusão de um primeiro ponto sobre as escolas de Lisboa e Algarve, as quais não têm financiamento comunitário. Propôs a alteração do título para “Financiamento comunitário dos cursos profissionais nas Escolas públicas”. _____

O conselheiro José Alfredo Mendes referiu que nas duas últimas candidaturas a financiamento, o Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFE, I.P.) cativou em média quarenta e cinco por cento da verba para funcionamento, para além de assegurar a contrapartida nacional com os vencimentos dos formadores. _____

O conselheiro Idalécio Nicolau concordou com o colega António Castel-Branco, informando que tem os cursos profissionais a funcionar sem serem financiados por fundos comunitários, tendo já sido ponderada a hipótese de no Algarve não abrirem cursos profissionais. _____

O conselheiro José António de Sousa entende que o financiamento dos cursos profissionais nas escolas públicas de Lisboa também deveria ser objeto de alguma apreciação. Neste documento deveria ser feita esta diferenciação e que faria sentido, neste ou noutro documento, referir-se o financiamento dos cursos profissionais em Lisboa e Algarve. _____

O Presidente referiu que, embora a situação de Lisboa e Algarve seja pertinente, não foi objeto de discussão na reunião de vinte e seis de outubro nem, por isso mesmo, foi abordada no documento que está em apreciação. _____

O conselheiro Jorge Nascimento reforçou que o financiamento ou subfinanciamento das escolas públicas sendo um problema, deve ser abordado num documento próprio. _____

A conselheira Lucinda Ferreira referiu que se deve ter algum cuidado, pois as escolas de Lisboa e Algarve podem não se rever neste texto e corremos o risco de sermos criticados por as omitirmos. Essas escolas também têm muitos problemas de financiamento dos seus cursos profissionais, que é o título deste documento, e não há qualquer referência aos seus problemas. Por outro lado, não está suficientemente clara a questão da falta de financiamento e os problemas começaram em dois mil e doze e não em dois mil e dezasseis, com o financiamento dos vencimentos dos professores. Concluiu, dizendo que este documento não é claro, contém imprecisões, algumas omissões e mistura diferentes assuntos. _____

O conselheiro Joaquim Tomaz afirmou que o orçamento tem vindo a ficar cada vez mais reduzido e não tem acompanhado as despesas. Neste momento as escolas vivem uma situação difícil e as conclusões do parecer vão ao encontro do que as escolas passam na realidade. _____

O conselheiro Amílcar Santos considerou que o documento sintetiza o que aqui fora debatido, mencionando que sempre se poderia carrear algo mais, mas o documento contém o essencial e a síntese daquilo que foi tratado na reunião anterior. Existem situações que criam injustiças entre as escolas e assim como há escolas que podem gerir mais receitas, outras há que não têm essa capacidade, pelo que não estarão em igualdade de condições, podendo estar numa



situação de competição desleal. Entende que se poderia considerar uma abordagem mais abrangente noutro documento relativo ao financiamento das escolas públicas. _____

Não havendo mais intervenções sobre este assunto e interpretando as várias intervenções, o Presidente colocou à consideração que se acrescentasse a palavra “comunitário” no título do documento em apreciação e que se corrigisse a referência ao “Vale do Tejo”, o que foi aceite pelo Conselho. _____

Colocou, de seguida, o documento à votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria com o voto contra da conselheira Lucinda Ferreira que apresentou a seguinte declaração de voto: ____

“Assumindo que me identifico com algumas das intenções do documento, declaro que votei contra, porque na minha opinião, há imprecisões e omissões. _____

No ponto 1 do documento na referência aos problemas associados aos cursos profissionais há uma restrição temporal aos anos após 2016 quando os problemas já começaram no final do quadro comunitário anterior e se estendeu por todo este quadro. Ou seja, os problemas começaram em 2012. _____

Pode parecer pouco importante, mas na realidade são muitos anos em que as escolas públicas têm assegurado uma parte dos custos do funcionamento da sua oferta formativa, através dos seus orçamentos de compensação e receita que por via disso estão cada vez mais depauperados. É a acumulação de 6 anos de problemas que estão a dificultar o funcionamento dos cursos profissionais nas escolas públicas. _____

Para acrescentar a esta dificuldade, o facto de ter passado para o IGEFE a decisão sobre a disponibilização de verbas a cada beneficiário quando há pagamentos do POCH, conforme é referido no ponto 2, que também é anterior ao ano de 2017, não há referência às dramáticas dificuldades de pagamento das despesas de funcionamento face a esta realidade. _____

O teor do ponto 7 também é dúbio sobre a falta de autonomia da escola na gestão dos projetos podendo causar dúvidas sobre o que está em causa. Porque, mais uma vez, é o não saber qual vai ser o momento de pagamento dada a intervenção do IGEFE. As escolas executam os contratos financeiros. As escolas decidem sobre que despesas se fazem, mas não sabem quando vão pagar. _____

O teor do ponto 9 na minha opinião não está correto porque todas as escolas têm que assegurar a contrapartida pública nacional. Mas, no caso das escolas públicas são as verbas geradas pelas escolas que asseguram a contrapartida nacional das despesas de funcionamento quando a obrigação sempre foi (até 2012), e devia continuar a ser, do orçamento do estado. _

O que falta afirmar, com todas as letras, é que as verbas do orçamento de compensação e receita (geradas pelas escolas) devem estar, em primeiro lugar, ao serviço das necessidades de apoio social aos alunos, da execução das atividades do plano anual de atividades bem como do apetrechamento e manutenção das escolas. Só depois, e se sobrar alguma verba, poderá ser o de garantir o funcionamento das suas ofertas formativas que é responsabilidade da tutela que não tem sido assumida desde há seis anos. “ _____

Ponto dois – Desenvolvimento do ano letivo – 2018/2019: apreciação e votação da proposta de conclusões da Comissão Permanente. _____

O Presidente tomou a palavra para apresentar o documento aprovado pela Comissão Permanente, explicitando que o mesmo se debruça sobre o arranque do atual ano letivo sem deixar de fazer a ligação ao encerramento do ano letivo anterior que, como se sabe foi muito turbulento e teve reflexos importantes na preparação e arranque do atual ano letivo. _____

Foi enfatizado o facto de ter sido publicada legislação durante os meses de julho e agosto, para ser aplicada por todas as escolas em setembro e o facto de ainda hoje as escolas se tentarem



adaptar às novas configurações ditadas pelos diplomas da educação inclusiva e da revisão curricular. _____

Foi apontada como sinal de alguma falta de respeito da administração educativa para com as escolas, a perturbação causada pela implementação da aplicação dos Manuais Escolares Gratuitos (MEGA) no mês de agosto e a publicação tardia da legislação estruturante. _____

Feita a apresentação do documento, o Presidente abriu a discussão ao plenário, registando-se de seguida as intervenções de todos os que pediram a palavra. _____

O conselheiro Fernando Elias deu a conhecer que, na génese do documento em sede da Comissão Permanente, referiu que não se revia nos pontos oito a onze, ainda que as questões estruturantes vertidas no documento e ocorridas no início do ano letivo, não podendo ser ignoradas, devam ser elencadas na estrutura do documento. _____

Considerou, assim, que o presente documento estava esvaziado do essencial - pôr ao serviço da escola pública o experiente, refletido e crítico conhecimento que se tem do “terreno” e por via de sugestões e recomendações sobre o próximo ano letivo, contribuir e muito para a boa consolidação das melhores políticas educativas, impulsionando-as e ajudando a avaliar as que deviam ser corrigidas ou até não continuadas. _____

O Presidente esclareceu que, tal como o anterior, este é um documento que sintetiza, apenas, as conclusões da reunião de vinte e seis de outubro do presente ano, relativas aos constrangimentos que afetaram as escolas no final do ano letivo transato e aos que ainda hoje lhes criam constrangimentos. Em todo o caso, esses problemas foram e são tão óbvios que não carecem de sugestões nem recomendações para que não ocorram. _____

O conselheiro António Castel-Branco não concorda com a forma como o documento está redigido e, tal como o conselheiro Fernando Elias, entende que deveria apresentar soluções. Relativamente ao ponto três, considera desnecessária a referência à nota informativa da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE). Considera-a deselegante e como tal não deve ser feita. _____

A publicação tardia da legislação em causa não justifica a perturbação referida, já que quem não quis não avançou na autonomia. No que toca ao ponto seis, salientou que quem deveria avaliar se o MEGA tinha recursos não deveriam ser os técnicos, mas sim os responsáveis do Ministério. _____

Quanto ao ponto sete, não está de acordo com o teor do mesmo e no ponto onze considera que a redação está muito forte, nomeadamente ao referir que os Diretores ficaram isolados e deixados à sua sorte. _____

A conselheira Ana Cláudia Cohen concordou com os últimos dois conselheiros que se pronunciaram. Mostrou-se disponível para apresentar recomendações, se assim o entenderem. Não concorda com o “tom” do documento e entende que lhe falta rigor. _____

Relativamente aos Decretos-Lei 54 e 55 de 2018 disse que a sua publicação foi tardia, mas que já eram conhecidos por todos. Este documento, a ser reformulado, deveria apresentar algumas sugestões, conforme foi pedido pelos Secretários de Estado. _____

A conselheira Anabela Soares referiu que os diretores não são apoiados pela Administração e que, quando há situações complicadas, são eles os responsáveis. Entende que as medidas a serem aplicadas no início de um ano letivo, devem ser publicadas o mais tardar até abril do ano anterior. _____

A conselheira Júlia Gradeço mostrou-se preocupada com a imagem da escola pública. As atas são públicas assim como os documentos que são aprovados nestas reuniões, pelo que o



documento em apreciação contém expressões muito fortes, passando uma imagem de caos nas escolas. _____

Embora seja de opinião que estes Secretários de Estado têm estado muito ao lado dos Diretores, também concorda que a legislação não deve ser publicada tardiamente e que, relativamente à greve, a Tutela tentou ajudar mas acabou por complicar. _____

Num documento desta natureza, não se deve usar a expressão “muitos”, que não quantifica, pelo que devia ser utilizada uma linguagem mais precisa. _____

O conselheiro Carlos Percheiro afirmou que nunca sentiu este órgão tão sensível com a linguagem usada. Partilha da opinião da colega Anabela Soares de que, no momento da decisão, o diretor está sozinho, nomeadamente quando se trata de situações sensíveis como foi o final do ano letivo anterior. _____

Acrescentou que os sindicatos podem ter posições corretas e que algumas situações aqui referidas podem também ter pontos de contacto com eles. Continuou, afirmando que o documento em causa expressa com bastante rigor o que aqui se passou na reunião de outubro como, por exemplo, todas as dificuldades vividas com a aplicação da plataforma MEGA. _____

Concluiu, dizendo que a publicação tardia dos diplomas não se coaduna com a preparação adequada de um ano letivo. _____

O conselheiro Jorge Nascimento referiu que o documento foi escrito num contexto e que é assim que deve ser entendido. _____

Quando os responsáveis falam no cumprimento do rácio do pessoal não docente, só se for revisto em baixa é que estará cumprido. Referiu que, na altura da greve docente, os diretores estiveram sozinhos e o que lhes valeu foi não seguir as orientações recebidas. Entende que todos nós somos defensores da escola pública e que os diretores precisam de sentir o conforto de quem os representa. _____

O conselheiro Luís Fernandes considera que não se deve pensar na realidade individual de cada um dos diretores aqui presentes. O que está em causa é se o documento plasma o sentido da discussão havida na reunião de outubro e, mesmo que a presença dos Secretários de Estado na reunião possa explicar alguns dos constrangimentos, não se pode excluir o que foi dito e feito pela administração e sentido pelas escolas. O que lhe causa alguma estranheza é que parece que os documentos, concordando-se ou não com eles, passaram a ter muitas variáveis de discussão que não propriamente o essencial. _____

O conselheiro João Caiado Rodrigues revê-se e subscreve totalmente nas palavras do colega Jorge Nascimento. _____

O conselheiro António Ventura Pinto afirmou que não se concordar com este documento é um direito de todos. Relativamente à greve docente, disse que até teve a inspeção no seu agrupamento para verificar o cumprimento das já referidas orientações da DGEstE. Acrescentou que os diretores estiveram isolados e é verdade que há escolas em que os rácios não estão a ser cumpridos. Assim como é verdade que as dificuldades associadas ao MEGA também existiram. Não percebe como é que se desvaloriza a data tardia da publicação dos diplomas legais, pois ainda hoje se sentem os seus efeitos na escola. Tenta-se passar a ideia falsa, na sua opinião, de que toda a gente conhecia os documentos. E, se pode ser verdade que não está devidamente quantificado o que correu mal, segundo o que aqui foi dito, parece que está o que correu bem. _____

Os conselheiros fizeram uma análise da situação e apresentaram um conjunto de desabafos e queixas na reunião de outubro. Os senhores Secretários de Estado não vieram aqui escamotear as situações difíceis que aconteceram e o documento em apreciação resulta dessa



realidade. A vinda dos Secretários de Estado não pode nem deve inibir a tomada de posição dos presentes. _____

A conselheira Maria Manuela Machado entende que nenhum dos presentes nega o que aconteceu nas escolas. O problema é a forma como o Conselho das Escolas vai passar a mensagem ao Ministério. A sua divergência tem a ver com a forma demasiado agressiva como se vai passar essa mensagem à Tutela. Considera que deveria ser procurado o consenso e encontrada uma redação que apresentasse soluções. _____

O conselheiro Amílcar Santos considerou muito bom que os Secretários de Estado tivessem vindo a uma reunião do Conselho e ouvido o que havia para dizer. Diz que até se pode discordar da forma como o documento está redigido, mas este resulta de um acumular de situações vividas pelas escolas. Concorda em absoluto com o documento que está em análise independentemente de, se o Conselho assim o entender, serem feitas alterações de natureza linguística. _____

O Conselho poderá redigir outro documento que trate de outras situações avançadas nesta reunião, nomeadamente indicar ao Ministério da Educação aquilo que seria o ideal para 2019/2020, instando a administração a melhorar a sua atuação, mas considera que não é através deste documento que tal deve ser feito. _____

A conselheira Rosalina Pinheiro também se pronunciou, manifestando a sua concordância com o documento em apreciação. _____

O conselheiro Fernando Elias não vê este Conselho como um órgão que não possa ou não deva deixar de apresentar sugestões e recomendações. Neste sentido, o que está escrito neste documento não se pode ignorar, é certo, mas podia ser escrito e dito de outra forma mais assertiva e, em particular, com a apresentação de algumas recomendações, uma vez que este Conselho tem tal capacidade para as trazer ao documento, fruto da vasta experiência e visão de terreno que nós, enquanto diretores e conselheiros, temos. _____

De acordo com o conselheiro José Alfredo Mendes, as escolas já viveram muitas realidades e o próprio Conselho também. Muitos se lembrarão ainda de o Conselho já ter passado pelo vexame de aprovar um parecer que não foi entregue à Tutela e não quer voltar a passar por isso. Os dois diplomas legais, os Decretos-Lei n.º 54 e 55 de 2018, são estruturantes e foram publicados tardiamente, muito próximos do início do ano letivo, verificando-se a transmissão de orientações contraditórias em sucessivas reuniões. _____

As escolas passaram e passam por imensas dificuldades de onde sobressai a falta de assistentes operacionais, nomeadamente para apoio e acompanhamento de alunos com mobilidade reduzida. _____

O mais importante é o Conselho mostrar uma imagem de preocupação e de união em torno das ~~pela~~ escolas e não de órgão fraturado, como aconteceu na reunião de maio passado. Sugeriu que o Conselho deveria abrir um grande debate sobre o financiamento da escola pública. _____

O conselheiro José António Sousa entende que cada um dos presentes tem uma sensibilidade própria e que a intervenção que faz não tem como objetivo fraturar, mas dar expressão daquilo que sente. Não acha que haja grupos, mas sim conselheiros com visões diferentes sobre os problemas. É necessário haver o entendimento de que este órgão é um conselho consultivo e que não se deve ficar por uma lógica de dizer à Tutela apenas o que foi mal feito. Isso é importante, mas deve passar para a fase seguinte e acrescentar alguma coisa de construtivo. _____



A conselheira Lucinda Ferreira subscreveu as palavras do conselheiro José António Sousa tendo referido que sempre soube enquanto diretora, que o seu cargo é unipessoal e não ficou confusa com a nota informativa da DGEstE, relativamente à greve docente. Não a cumpriu porque considerou que não o devia fazer, assumindo individualmente essa posição. Referiu que, desde que pertence a este Conselho, sempre pensou pela sua cabeça e sempre sentiu que estava aqui em representação dos diretores das escolas públicas do seu Quadro de Zona Pedagógica. _____

Em relação ao documento em apreço, referiu que, sendo os documentos deste órgão públicos, temos obrigação de ter cuidado com a forma como tratamos a escola que representamos e, na sua perspetiva, não dar a imagem de que tudo está mal com a escola pública. Não vê no documento em apreciação uma linha daquilo que é positivo na escola pública e daquilo que a fragiliza relativamente à escola privada. Os problemas são colocados como transversais a todas as escolas e muitas vezes não o são. _____

O conselheiro Carlos Percheiro reafirmou a sua concordância com o documento e acrescentou que aquilo que alguns conselheiros referem como particularmente difícil, além da referência à nota informativa da DGEstE, são algumas palavras utilizadas. Se fosse apenas essa a questão que divide o Conselho, poderíamos substituí-las por outras, todavia continuariam a retratar a realidade tal como ela aconteceu e como retratam as que foram utilizadas, pelo que não parecem ser as palavras os problemas de alguns conselheiros, mas sim a perceção que cada um deles tem dos problemas que afetam as escolas. _____

O conselheiro José Alfredo Mendes recordou que a última grande revisão curricular foi em 2012 e que andámos um ano a prepará-la, pelo que não lhe parece natural fazer-se uma mudança destas em agosto. _____

A encerrar este assunto, o Presidente referiu que as intervenções dos senhores Secretários de Estado foram interessantes e até das melhores que já lhes ouviu sobre os problemas vividos pelas escolas. Todavia, considera que foram irrelevantes para a redação do documento em causa, pois o mesmo dá voz a problemas que as escolas viveram e que ocorreram de facto, independentemente de, em momento posterior, os senhores Secretários de Estado se pronunciarem sobre os mesmos. _____

Acrescentou que a opinião dos conselheiros reflete a opinião de todas as escolas do continente e não apenas a do respetivo círculo eleitoral. Cada um dos conselheiros, depois de eleito pelo respetivo QZP, representa todas as escolas e não apenas as escolas que o elegeram. Reforçou ainda que a administração educativa deixou os diretores sozinhos, durante mais de um mês, enquanto decorria uma greve dos professores. Há uma certa hipocrisia quando se considera ajuda o envio às escolas de orientações dúbias e geradoras de confusão, ou o envio da Inspeção-geral da educação, como aconteceu e até motivou uma crítica vigorosa do sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino. Estivemos sozinhos e não se ouviu uma voz clara da administração. _____

A imagem das escolas tem sido defendida por este Conselho, pelo menos desde 2014. As escolas têm respeito pelo seu Conselho. E os documentos que hoje temos em apreciação estão em linha com aquilo que tem sido a postura deste órgão, independentemente dos governos em funções. _____

O conselheiro Fernando Elias pediu a palavra e perguntou ao Presidente se havia abertura para serem elencadas algumas sugestões, tendo o Presidente referido que ainda não tinha ouvido nenhuma proposta concreta nesse sentido. _____



O Conselheiro reiterou que, na génese do documento em sede da Comissão Permanente, havia referido que não se revia nos pontos oito a onze e que a Comissão Permanente e o Plenário do Conselho das Escolas, hoje e neste contexto, têm uma oportunidade para poder apresentar sugestões/recomendações que, salvo melhor opinião, deveriam, entre outras matérias, circunscrever-se por exemplo às seguintes: publicar com mais antecedência os diplomas essenciais para o ano letivo; melhorar a plataforma informática (MEGA) para se tornar mais ágil e simplificada; potenciar a reutilização dos manuais escolares; superar a escassez e menor qualificação de pessoal técnico nas escolas; corrigir a distribuição, assimétrica em alguns casos, do pessoal operacional nas escolas, mesmo que respeitado o rácio; suprir as ausências por baixa médica destes através de mecanismos de substituição; minimizar a carga burocrática que invade cada vez mais as escolas; reapetrechar os parques informáticos das escolas; operacionalizar uma formação contínua ajustada aos novos paradigmas; apresentar medidas para tornar a escola mais inclusiva; repensar o modelo de avaliação do desempenho docente para que corresponda às exigências dos novos paradigmas. A não ser assim, o presente documento está esvaziado do essencial que é dar contributos (sugestões/recomendações) para o próximo ano letivo relativos às questões estruturantes abordadas no documento em apreciação. _____

Depois desta intervenção, o Presidente questionou os presentes se algum queria apresentar alguma proposta de alteração ao documento em apreciação. Não tendo sido apresentada nenhuma proposta de alteração, nos termos regulamentares, o Presidente colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com dezassete votos a favor e sete votos contra. _____

Foram apresentadas as seguintes declarações de voto: _____

Conselheira Lucinda Ferreira _____

“Votei contra porque considerando que o Conselho das Escolas é um órgão consultivo que representa junto do Ministério da Educação as escolas públicas, e por isso, não pode, na minha perspetiva, correr o risco de transmitir, com alguma frequência, uma imagem de mau funcionamento das escolas públicas. Penso que deve este Conselho identificar as dificuldades de funcionamento das mesmas escolas e fazer recomendações à tutela para que a situação não se mantenha e possa haver melhorias. Sem adjetivação excessiva e sem tanto reforço dos aspetos que não estão a funcionar bem. Os resultados do trabalho das escolas públicas são bons e isso deve ser realçado apesar das dificuldades.” _____

Conselheiro Fernando Elias _____

“Voto contra o documento “DESENVOLVIMENTO DO ANO LETIVO – 2018/2019, A PERSPETIVA DAS ESCOLAS”, pelas seguintes razões: _____

1. Na generalidade, porque: _____

1.1. Na recente reunião do Conselho das Escolas realizada no passado dia 15 do corrente mês, onde estiveram presentes a Sra. Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Dra. Alexandra Leitão e o Sr. Secretário de Estado da Educação, Professor Doutor João Costa, as questões estruturantes do documento e outras colocadas à data pelos Conselheiros presentes, clarificaram e responderam às mesmas. _____

1.2. Por outro lado, ambos os Secretários de Estado lançaram um desafio ao Conselho das Escolas no sentido sobre estas matérias e outras que se entendessem pertinentes, o Conselho das Escolas apresentasse a seu tempo sugestões ou recomendações. _____

1.3. Ora, vamos já com quase um período letivo transcorrido. Sem dúvida que ao olhar para trás, lembramo-nos da forma como decorreu o fecho do último ano letivo e a preparação e



arranque do presente, sendo que tal reflexão nos permite elencar situações que não se devem repetir, que devem ser corrigidas ou até, não continuadas. _____

1.4. Neste sentido e na linha do que o Conselho das Escolas tem deixado inscrito nos seus Pareceres e/ou recomendações, considero e defendo que a preparação, organização e planeamento de um ano letivo deve começar o mais cedo possível. _____

1.5. A ser assim, tem a Comissão Permanente e o Plenário do Conselho das Escolas hoje e neste contexto, uma oportunidade para poder apresentar sugestões / recomendações que salvo melhor opinião, deveriam, entre outras matérias, circunscreverem-se por exemplo às seguintes: publicação tardia de diplomas essenciais para o ano letivo; melhoria da plataforma informática (MEGA) para se tornar mais ágil e simplificada; potenciar a reutilização dos manuais escolares; superar a escassez e menor qualificação de pessoal técnico nas escolas; corrigir a distribuição assimétrica em alguns casos do pessoal operacional nas Escolas mesmo que respeitado o rácio, as ausências por baixa médica destes sem mecanismos de substituição; minimizar a carga burocrática que invade cada vez mais as escolas; reapetrechamento dos parques informáticos das escolas; operacionalização de uma formação contínua ajustada aos novos paradigmas; como tornar a escola mais inclusiva; repensar o modelo de avaliação do desempenho docente para que corresponda às exigências dos novos paradigmas. _____

1.6. O presente documento está assim esvaziado do essencial – pôr ao serviço da Escola Pública o experiente, refletido e crítico conhecimento que se tem do “terreno” e por via de contributos (sugestões/recomendações) sobre o próximo ano letivo, contribuir e muito para a boa consolidação das melhores políticas educativas, impulsionando estas e ajudando a avaliar as deviam ser corrigidas ou até, não continuadas. _____

1.7. É por aí que o Conselho das Escolas devia ir. No entanto, com a apresentação do presente documento materializa um sentido contrário, não querendo ser esse o seu caminho. _____

2. Na especificidade do documento, porque: _____

2.1. Não se revê e assim, discorda por completo dos pontos 8 a 11 do documento em apreço.”

Conselheira Ana Cláudia Cohen _____

“A conselheira Ana Cláudia Cohen votou contra o documento “Desenvolvimento do ano letivo – 2018/19”, por duas ordens de razão: _____

1. Em primeiro lugar, a conselheira não se revê na forma pouco construtiva e pouco rigorosa, em que o mesmo se encontra redigido, tendo considerado importante a sua reestruturação, que não desvirtuaria as preocupações manifestadas e que, na sua opinião, estaria mais de acordo com as atribuições de um órgão consultivo, como é o caso. ____

2. Em segundo lugar, a discussão e aprovação do documento, ocorre quase no final do primeiro período, pelo que, na opinião da conselheira, a redação do documento em apreciação deveria incluir recomendações, tendo em consideração a natureza do órgão. “ _____

Os Conselheiros José António de Sousa, Júlia Gradeço, Manuela Machado e António Castel-Branco: _____

“Considero que o conteúdo do documento corresponde ao que se passou no término do ano letivo anterior e início do presente ano letivo. Discordo da forma como o mesmo está formulado. Deveria também ter sido incluído um ponto de recomendações à tutela. “ _____

Ponto três – Assuntos diversos. _____

O Presidente fez referência às entrevistas que tinha dado e as quais oportunamente enviou aos conselheiros para conhecimento. _____

A conselheira Margarida Fonseca, na sua qualidade de representante do Conselho das Escolas no grupo de trabalho para acompanhamento do Programa do Desporto Escolar, informou da



primeira reunião do referido grupo de trabalho a doze de novembro. O grupo de trabalho é coordenado pela Secretaria de Estado da Juventude e Desporto e é constituído por vinte entidades e especialistas. Nesta reunião foi apresentado o Programa do Desporto Escolar para o período de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um, tendo os presentes tecido vários comentários e críticas ao mesmo. _____

O conselheiro Fernando Almeida informou que o Conselho Nacional de Educação aprovou uma recomendação relativa às transferências de competências da Educação para as autarquias, tendo o conselheiro Carlos Percheiro acrescentado que essa recomendação surgiu na sequência de um pedido da Comissão de Educação da Assembleia. _____

A conselheira Anabela Soares levantou a questão das dificuldades financeiras dos Centros de Formação de Associação de Escolas, as quais recaem sobre as respetivas escolas sede. _____

O conselheiro José Alfredo Mendes disse que a doze de dezembro estaria presente na Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional do Capital Humano e pediu propostas de assuntos sobre o funcionamento das ações financiadas pelos fundos comunitários. _____

Não se registando mais intervenções, e após a leitura e a aprovação unânime da ata em forma de minuta, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Fernando Filipe de Almeida, que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que presidiu. _____

Fernando Filipe de Almeida _____

José Eduardo Lemos _____

